

“PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO TOCANTINS - ANÁLISE NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM A OBESIDADE”

A Universidade Federal do Tocantins-UFT está desenvolvendo o Projeto de Enfrentamento e Controle da Obesidade no Âmbito do SUS, Tocantins (ECOASUS-TO). Este projeto conta com financiamento do CNPq e coordenação do Ministério da Saúde e vem se desenvolvendo em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde, COSEMS e outras entidades e instituições municipais, tendo sido apresentado e aprovado em reuniões das CIR ao longo de 2020.

Como parte do projeto, realizou-se uma pesquisa que faz parte do diagnóstico situacional sobre a atenção à obesidade nos municípios tocaninenses, cujo resultado é o Relatório Técnico “PLANOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO TOCANTINS (PMS) - ANÁLISE NA PERSPECTIVA DO CUIDADO COM A OBESIDADE”

Como a obesidade é considerada problema de saúde pública, julga-se que medidas para o seu controle deveriam estar contempladas no planejamento das ações, expressas no Plano Municipal de Saúde (PMS), em consonância com as diretrizes da organização existentes para o país. Este documento norteia o planejamento das ações nesta esfera e têm natureza obrigatória normatizada pelo Decreto Nº 7.508/2011 e Portaria do MS nº 2.135/2013. Nele são explicitados os compromissos do governo segundo as necessidades de saúde da população para um período de 4 anos, coincidindo com o Plano Plurianual (PPA) e sendo a base para a execução, acompanhamento e avaliação da gestão do SUS de modo a garantir a integralidade da atenção à saúde.

Esta pesquisa analisou 129 PMS do Tocantins vigentes entre 2018 e 2021 obtidos no sítio SARGSUS e diretamente com gestores de saúde municipais, auxiliados pelo COSEMS. A pesquisa investigou 17 termos-chave relacionados à atenção à obesidade, citados no documento, sendo eles: Obesidade; Plano de Enfrentamento à

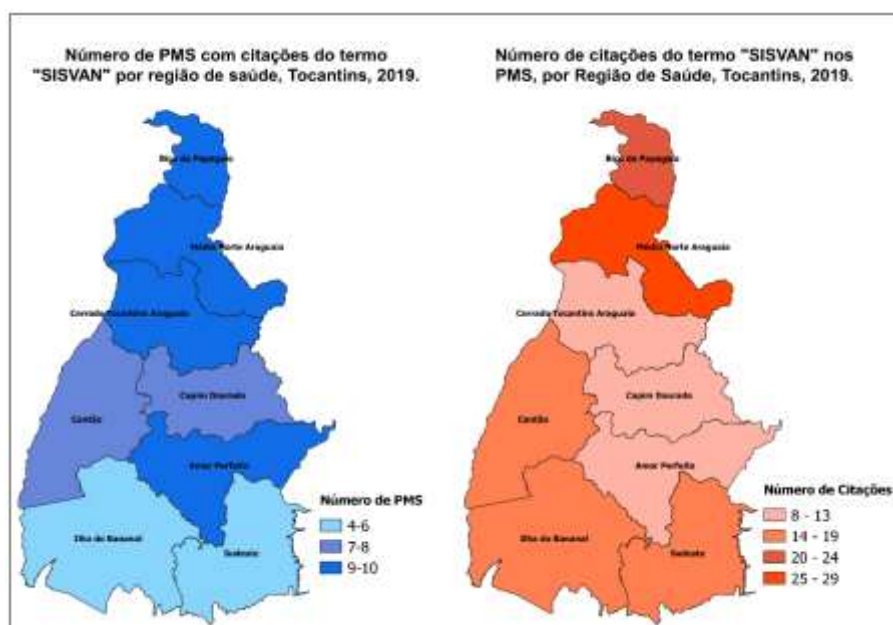
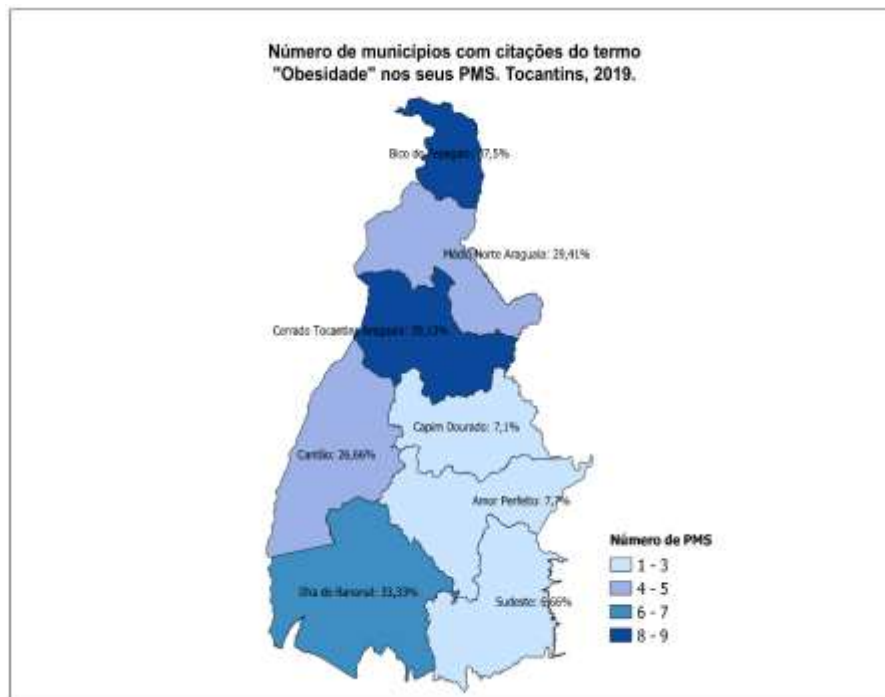
Obesidade; Linha de Cuidado; Promoção da Saúde; SISVAN; Vigilância Alimentar e Nutricional; Educação Alimentar e Nutricional; Avaliação Nutricional; Segurança Alimentar e Nutricional; Cirurgia bariátrica; Academia da Saúde; PSE; NASF; Nutricionista; Educador Físico; Psicólogo, Documentação Técnica.

Estes termos eram considerados relevantes para a pesquisa quando mencionados no PMS em contextos de planejamento de ações de alimentação, nutrição, atividade física e promoção da saúde, que poderiam estar relacionadas ao enfrentamento da obesidade.

Os principais resultados apontaram que os **PMS não citavam planos de enfrentamento à obesidade**, à exceção da capital do estado; linha de cuidado, à exceção de um município da Região de saúde do Bico do Papagaio; documentos de referência para a atenção à obesidade e, são precários quanto a definição de metas e indicadores para essa finalidade.

O **SISVAN** apareceu expressivamente ligado ao monitoramento do Programa Bolsa Família e grupos específicos; ações típicas de alimentação, nutrição e atividade física (promoção da saúde, vigilância, educação e avaliação nutricional) foram mencionadas poucas vezes, de modo geral para o controle das DCNT ou públicos específicos.

Academia da Saúde foi o termo mais citado de modo relevante; **NASF** não foi encontrado como matriciador de ações para o enfrentamento da obesidade; **PSE** não apareceu como programa que trabalha o problema da obesidade nas escolas; as políticas de saúde (PNAN, PNAB, PNPS e Guias Alimentares) foram poucas vezes mencionadas como base para ações de enfrentamento à obesidade; a segurança alimentar e nutricional não é expressada nos documentos, conforme preconiza a PNAN. As figuras abaixo ilustram a situação encontrada para dois dos termos pesquisados, “Obesidade” e “SISVAN”.



De modo geral a análise permite concluir que os municípios necessitam fomentar a construção conjunta entre gestão e profissionais da saúde de um plano municipal que atenda às necessidades locais, compreendendo que a obesidade é um problema de saúde pública e deve ser contemplado no documento. Ainda, que **sejam elencados indicadores, metas, ações e serviços voltados para a doença, ainda que não sejam indicadores de pactuação nacional ou**

estadual. Reforça-se a necessidade do envolvimento das coordenações técnicas de nutrição dos municípios na elaboração das ações relacionadas às políticas da área.

É **necessário ampliar o olhar para a obesidade** no momento da discussão e elaboração do PMS e de fato traçar estratégias que serão executadas durante a vigência do plano. O cuidado do usuário com obesidade vai desde as ações de promoção de um estilo de vida saudável ao acesso aos serviços para o tratamento. Pensar na linha de cuidado é uma estratégia que permite ao município sistematizar os serviços e garantir a aplicação dos recursos necessários para o enfrentamento da doença.